



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

TENENTE PORTELA

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01/2022, DE 07 DE ABRIL DE 2022.

O PRESENTE PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DE TENENTE PORTELA, INSTITUI O CAPÍTULO VOLTADO AOS INDÍGENAS.

Os **Vereadores** que a este subscrevem, vem mui respeitosamente, a presença de V. Excelência, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos Artigos 126, I, e 177, I, do Regimento Interno dessa casa Legislativa e Art. 51 da Lei Orgânica Municipal deste município, apresentar Emenda à Lei Orgânica do Município de Tenente Portela, com o objetivo de criar capítulo para contemplar especificamente os povos indígenas, o que fazem nos seguintes termos:

CAPÍTULO VIII - DOS INDÍGENAS

Art. 158 – O Município respeitará e fará respeitar todos os princípios de que dispõe a Constituição Federal e Estadual, observando sempre no âmbito de sua competência, proteger a terra, o meio ambiente, e a culturas das comunidades indígenas e seu território, proporcionando-lhes ainda, conjuntamente com a União e o Estado, a assistência à saúde, a educação, agricultura, além de outras atividades que possibilitem a promoção social e bem viver das comunidades indígenas:

§ 1º O Poder Público estabelecerá projetos especiais com vista a integrar a cultura indígena ao patrimônio histórico e cultural do Município;

§ 2º Cabe ao Poder Público auxiliar as comunidades indígenas na organização para as suas populações nativas, realizando estudo e pesquisa de seu idioma, arte, cultura, a fim de transmitir os seus conhecimentos às gerações futuras;

§ 3º Ampliar o número de espaços físicos destinados a comercialização de produtos artesanais e agrícolas;

§ 4º O Município desenvolverá projetos voltados à etnia indígena, com objetivo de aprimorar, resgatar e difundir a sua cultura;

§ 5º Implantar e implementar projetos de geração de emprego e renda através da comercialização do artesanato indígena.

Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Tenente Portela, 07 de abril de 2022.

Jaine Sales
Jaine Sales

PSDB. Natanael Mendes MDB

SINATO K RIBEIRO

Heitor Ferreira, PROGRESSISTA

SEÇÃO VII

DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Art. 177 - A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço (1/3) da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal;

III - da iniciativa popular.

§ 1º - Em qualquer dos casos, a proposta será discutida e votada em duas sessões com interstício de dez (10) dias no mínimo, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, a maioria de dois terços.

§ 2º - Não sendo votada em 90 dias será a proposta arquivada.

§ 3º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

Art. 178 - O projeto de emenda à Lei Orgânica será lido no expediente, distribuído por cópia aos Vereadores e encaminhado à comissão especial designada pelo Presidente, nos termos deste Regimento.

§ 1º - A comissão terá o prazo de dez (10) dias úteis para apresentar parecer, que poderá concluir por substitutivo.

§ 2º - Durante os cinco (05) primeiros dias de que trata este artigo, qualquer Vereador poderá apresentar emenda ao projeto, no âmbito da comissão.

§ 3º - Esgotado o prazo para apresentação de parecer, o projeto de emenda à Lei Orgânica, com as emendas ou substitutivo aprovado pela comissão, será encaminhado ao plenário e submetido à primeira discussão e votação.

§ 4º - A matéria aprovada em primeira votação será enviada à segunda discussão e votação, durante as quais não poderão ser apresentadas emendas.